

Passado, presente e futuro: revisitando as origens do Tenentismo e o nacionalismo autoritário das décadas de 1910 e 1920.

Past, presente and future: revisiting origins of the *Tenentismo* and the authoritarian nationalism in the 1910s and 1920s

Allony Rezende de Carvalho Macedo*

Resumo: De panaceia para as grandes questões nacionais no final do século XIX a decepção enquanto regime no século XX, a República se tornou cada vez mais frágil diante das ações de seus opositores durante as décadas de 1910 e 1920. Considerando as diferentes culturas políticas em disputa em um cenário de crise que se agravava, este artigo pretende investigar eventuais proximidades entre o que produziam os intelectuais autoritários e o que pregava o Tenentismo no momento de suas primeiras ações armadas. Haja visto que tais grupos se anunciavam como vanguarda das transformações que julgavam necessárias ao regime, convivendo no mesmo ambiente político-cultural de debate internacional dos paradigmas liberais. Para isso, além de contar com um panorama sobre a construção de um ambiente intelectual e republicano no país, no final do século XIX, as análises foram construídas aqui partindo dos ensaios sócio-históricos escritos pelos intelectuais autoritários entre as décadas de 1910 e 1920, bem como dos manifestos, moções e cartas produzidos pelos militares revoltosos entre 1922 e 1924.

Palavras-chave: Tenentismo; Autoritarismo; Primeira República

Summary: From panacea to the biggest national issues in the late 19th century to disappointment as a regime in the 20th century, the Republic has become increasingly vulnerable in the face of the actions of its critics during the 1910s and 1920s. Considering the different political cultures in dispute in a worsening crisis outlook, this article intends to investigate possible proximity between what the authoritarian intellectuals produced and what Tenentismo claimed at the moment of its first armed actions. In view of the fact that such groups announced themselves as the vanguard of the transformations they considered necessary to the regime, coexisting in the same political-cultural context of the international crashed of liberal paradigms. For this, in addition to telling an overview of the construction of an intellectual and republican environment in the country, at the end of the 19th century, the analyzes were built here starting from the socio-historical essays

* Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista CAPES.

written by authoritarian intellectuals between the decades of 1910 and 1920, as well as the manifestos, motions and letters produced by the military revolting between 1922 and 1924.

Keywords: Tenentismo; Authoritarianism; First Republic

Apresentação

A República, idealizada pelos propagandistas no final do século XIX como caminho para a expansão da cidadania e racionalização da máquina estatal, acabou por se constituir como um regime controlado pelos interesses oligárquicos (VISCARDI, 2012). No âmbito externo, a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa abalaram diretamente o arcabouço liberal, que hegemonizava os âmbitos das relações internacionais, da política e da economia. Com isso, posições antiliberais se fortaleceram no Ocidente, atingindo o Brasil, realizando-se na denúncia das “ficções” desse modelo (BEIRED, 1999). Reivindicando para si a legitimidade de conduzir as transformações que julgavam urgentes para a República liberal-oligárquica se destacaram o Movimento Tenentista e, pelo menos desde a década de 1910, os intelectuais de orientação nacionalista e autoritária.

Em que pese o flagrante fortalecimento internacional do autoritarismo, que influiu na crise da Primeira República brasileira, a atuação do Tenentismo no início da década 1920 foi tradicionalmente estudada dando uma importância marginal a tal relevante fator. Os principais trabalhos, desde a década de 1930 até o fim dos anos 1990, interpretaram a atuação do movimento de forma determinada, em maior ou menor medida, pela sua composição social e/ou pelo seu aspecto profissional. Embora as conclusões sejam distintas a respeito das motivações e objetivos, tais pesquisas coincidiram em apontar para uma “indigência teórica” ou incapacidade dos revoltosos de construir leituras e propostas próprias diante daquele quadro de crise do regime em que atuavam diretamente. Assim, os “tenentes” simplesmente reproduziram uma visão institucional liberal defendida pela “classe dominante” e/ou estariam principalmente voltados para questões de interesse da caserna. Sintoma disso é que nesses estudos a dimensão da interpretação que os próprios “tenentes” deram para o contexto vivido e para o papel que desempenhariam diante dele assumiu pouco valor explicativo na compreensão histórica do movimento¹.

¹ Tendo em vista o espaço aqui disponível não será possível desenvolver uma avaliação detalhada da historiografia do Tenentismo, que pode ser encontrada no capítulo I da dissertação, que serviu de base para a construção deste artigo (MACEDO, 2015). Todavia, podem ser destacadas como as principais produções sobre o tema os textos de Virgínio Santa Rosa (1976), Nelson Werneck Sodré (2010), Edgard Carone (1975), José Murilo de Carvalho (1977; 2005), José Augusto Drummond (1986), Anita Prestes (1990; 1993) e Maria Cecília Spina Forjaz (1977; 1988). Vale dizer que o texto de Mário Cléber Martins Lanna Jr. (2013) é um clássico para quem deseja se iniciar no debate sobre historiografia do Tenentismo.

Considerando que os atores políticos, coletivos e individuais, atuam a partir de um conjunto de referentes culturais, os quais lhes fornecem visões sobre o mundo que constroem suas decisões racionais e pragmáticas (BERSTEIN, 1998; 2009; MOTTA, 2009; 2018); torna-se importante para o estudo do Tenentismo explorar também o universo de valores, práticas e representações ressignificados, elaborados e materializados nos seus discursos e ações. Isso significa estudar os elementos das culturas políticas em disputa naquele contexto, vivenciado por civis e militares, levando em consideração a circulação de ideias, o compartilhamento de tradições e construções semânticas que influenciavam a maneira como os atores pensavam e agiam diante do mundo.

O objetivo deste artigo é ir além de explicações que pressupõem coincidência entre atuação política e *status* socioprofissional na compreensão do movimento rebelde – até então predominantes na historiografia sobre o tema. A contribuição está na investigação da própria leitura que os “tenentes” faziam de sua ação, construída por uma coletividade à parte nas Forças Armadas, engajada em uma missão de reformulação “revolucionária” do regime republicano liberal-oligárquico. Em um momento de crise internacional do liberalismo, que afetou também o Brasil, torna-se justificável e necessário perscrutar, então, eventuais relações com aquilo que os intelectuais autoritários contribuíram de forma cada vez mais incisiva para os debates públicos da época. Se Boris Fausto (1983) e Maria Cecília Spina Forjaz (1988) já apontaram tendências reformistas autoritárias entre os “tenentes”, principalmente após 1930, a pesquisa aqui descrita inova avaliando esse aspecto do movimento rebelde na sua fundação.

As fontes empregadas foram mormente os manifestos, moções, declarações e cartas produzidos durante o início do Tenentismo, no calor das ações de 1922 e 1924. Além disso, foram analisados os ensaios histórico-sociológicos produzidos pelos intelectuais autoritários entre a década de 1910 e os primeiros anos da década de 1920, sobretudo os textos de Alberto Torres e Oliveira Vianna – pioneiros na sistematização dos princípios para a superação da República liberal-oligárquica (VIEIRA, 2010).

As perguntas feitas à documentação ocorreram partir de três eixos principais, procurando, por fim, possíveis interlocuções entre intelectuais autoritários e “tenentes”: (i) qual a avaliação faziam os atores a respeito da trajetória da República no Brasil, desde sua concepção no final do século XIX? (ii) Como compreendiam o momento vivido e o papel que julgavam ter diante dele? (iii) Quais propostas e visões institucionais expressavam para a superação do quadro?

Ao longo do artigo, isso será organizado a partir de uma análise da projeção assumida pelos intelectuais, entre o final do século XIX e início do século XX, e suas contribuições para as culturas políticas, como elementos centrais do debate público; passando-se ao estudo da vivência decepcionante, por civis e militares, da experiência republicana oligárquica e a penetração da crítica autoritária; encerrando com a exposição do estudo sobre que pensavam os “tenentes” a respeito do passado, o presente e o futuro do Brasil em suas primeiras ações.

O tradicional papel dos intelectuais no debate público

Como se sabe, no momento em que o Movimento Tenentista se constituiu, a intelectualidade também reivindicava para si o dever e a prerrogativa de colocarem seus esforços a serviço dos interesses nacionais. Papel que, de acordo com Angela de Castro Gomes, se configurou com o chamado “pensamento social brasileiro”, entre finais do século XIX e a década de 1940 (2009, p. 9). Um período de construção de diagnósticos sobre as características e problemas brasileiros, com decorrentes propostas de intervenção na política².

Internacionalmente, a partir da França, se estabeleceu a figura do “intelectual moderno”, que se caracterizou pela disposição de intervir politicamente. Em nome de valores universais de verdade, razão, progresso e independência, alegavam deter uma capacidade de avaliação privilegiada da realidade social (BOURDIEU, 1992; PINHO 2007). Isso os qualificaria perante os particularismos e imediatismos próprios da ortodoxia do poder e do mercado, que compreendiam contaminar a política.

Essa elite de letrados constituiu grupos importantes de produção de bens simbólicos basilares na constituição do Estado moderno, exercendo um papel de “correia de transmissão entre ideias políticas do passado e as do futuro” (LAMOUNIER, 2014, p.14). A partir daí, invariavelmente descambavam para a crença num poder de intervenção indiscriminada com atitudes elitistas e paternalistas, calcadas em um saber que julgavam superior (PINHO, 2007).

² Tem-se como referência a categoria “intelectual” proposta pelo francês Jean-François Sirinelli (2003) e ressignificada para o caso brasileiro por Ângela de Castro Gomes. Para a historiadora, entre finais do século XIX e início do século XX, os intelectuais formavam um grupo socioprofissional de contornos fluidos, composto por produtores e mediadores de interpretações da realidade social com grande peso político (GOMES, 2009, p. 26). Mais recentemente, Gomes retomou o tema juntamente com Patrícia Santos Hansen sob o título de *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo* (GOMES; HANSEN, 2016).

No Brasil, no final do Império, conformou-se um movimento político de intelectuais conhecido como “Geração de 1870”. Reunindo desde monarquistas reformistas como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, até republicanos mais radicalizados como os positivistas Lauro Sodré e Benjamin Constant, estes homens compartilhavam uma sensação de marginalização em relação às estruturas de distribuição de poder (ALONSO, 2002). Combinavam um repertório político-cultural europeu variado com a vivência da debacle da Monarquia, empenhando-se no fortalecimento do cientificismo e na defesa do mérito e do “talento” como contraponto à tradição religiosa do direito natural, um dos sustentáculos da ordem sociopolítica nobiliárquica em crise. Nesse sentido, advogavam que a gestão dos negócios públicos deveria se libertar “de fantasias religiosas e de abstrações inócuas para dar conta e imprimir velocidade ao progresso tecnológico capitalista” (MELLO, 2007, p.96). O fim último era um alinhamento econômico, político, social e cultural ao que acontecia na Europa e nos Estados Unidos.

Então, se o cientificismo ganhava espaço internacionalmente, associado à expansão do capitalismo, como o que havia de mais moderno e “civilizado” para compreender e agir sobre o mundo, aparentar segui-lo era uma das regras centrais no debate. O que permite compreender a imagem de “cientistas da política” que estes atores procuravam criar de si mesmos e a autoridade que se esforçavam para impor a partir daí.

Se questionavam cada vez mais a capacidade da elite imperial de conduzir o desejado processo civilizatório, tampouco entendiam ser essa uma tarefa das massas. Uma democratização excessiva poderia colocar as mudanças almejadas em risco. Tudo deveria ser conduzido partindo-se de bases racionais, que permitiriam uma correta avaliação da realidade e atuação precisa sobre ela, garantindo o progresso sem a ameaça à ordem social. Os positivistas foram mais ao extremo nessa posição, defendendo a necessidade de pôr fim à democracia (ALONSO, 2002).

Portanto, apresentando-se como detentores desse instrumental, os intelectuais da Geração de 1870 consideravam-se não só como agentes desta transformação, mas também como condição para que ela ocorresse. Angela Alonso identificou essa característica como “reformismo” (Ibidem, p. 334). Segundo a pesquisadora, o “reformismo” era uma tradição herdada da elite imperial, que por temer a dissolução da ordem, defendia constantes reformas operadas pelo *establishment*. Ressignificada pelos intelectuais do final do século XIX, constituiu-se em uma via de atuação que fez da “política científica” a ferramenta de

posse de uma vanguarda ilustrada para conduzir de forma estável as transformações no país.

Em suma, os intelectuais brasileiros agiram para alimentar um clima de mudança e conduzi-lo através práticas que extrapolavam a tradicional estratégia política parlamentar, dedicando-se também a associações, revistas, jornais, livros e comícios (ALONSO, 2002; MELLO, 2007). Com isso ampliaram e fortaleceram espaços de sociabilidade que lhes conferiam recursos organizativos e relacionais, os quais legitimavam suas posições e autoridade sobre determinado assunto. Ao mesmo tempo que funcionavam como vetores de (re)produção de culturas políticas, difundindo temas, modelos, normas e formas de raciocínio os quais deixavam os indivíduos mais sensíveis a certas ideias e comportamentos (BERSTEIN, 1998; MOTTA, 2009; QUIRÓS, 2007). Estes *loci* se constituíram como importantes meios de ação dessa inteligência empenhada na transformação do Brasil no século final do século XIX, influenciando decisivamente na ação política da intelectualidade do início do século XX (MACEDO, 2015).

As bases doutrinárias da Geração de 1870 eram distintas, tais como o darwinismo, o evolucionismo, o liberalismo, o naturalismo, o positivismo etc. Reapropriadas de formas também variadas pelos diversos grupos, de acordo com seus objetivos políticos mais imediatos, tais ideologias se organizaram em relação a valores, tradições, práticas e concepções de sociedade ideal em comum – como aqui se procurou evidenciar. Com o objetivo de responder aos problemas trazidos e buscar saídas para a crise que viviam, suas atuações plasmaram no debate público esses elementos mais gerais e duradouros, contribuindo para formar um conjunto coerente de referentes para os sujeitos históricos nos anos seguintes. Tê-los em conta permite aprofundar o estudo da leitura que os atores faziam de si e do mundo no qual estavam inseridos. Algo fundamental de ser considerado para o que propõe esse artigo.

A experiência da República oligárquica e a crítica autoritária

Com a Proclamação da República em 1889, marcada pela ascensão do projeto liberal ao plano organizacional do Estado, alimentou-se a sensação de vitória inevitável do progresso, imaginada pelos republicanos da Geração de 1870. Porém, logo euforia a respeito dos novos tempos se chocou com formação de um “condomínio oligárquico”, que deliberadamente buscou controlar e excluir as maiorias políticas, manipulando eleições e

atravancando a almejada racionalização do aparelho burocrático (FERREIRA; PINTO, 2006; VISCARDI, 2012).

Já no século XX, uma maior complexificação do quadro econômico-social fortaleceu a classe média e aumentou o contingente de trabalhadores urbanos assalariados, além de ter provocado a diversificação dos negócios dentro das próprias elites. Logo, tais setores se organizaram para reclamar seus interesses, forçando o equilíbrio do regime (FERREIRA; PINTO, 2006). Para Viscardi (2012), a maneira como as oligarquias controlavam o acesso ao poder seria responsável por dificultar a assimilação suficiente de novas demandas, que se apresentaram nos espaços públicos. O que, somando-se às dificuldades dos sucessivos governos em garantir um equilíbrio financeiro, explicaria a crise que se agudizou na Primeira República, a partir da década de 1920.

Nesse cenário, ocorreram as excepcionais e verdadeiramente disputadas eleições de 1910 e 1922, que puseram em questão nas ruas e na imprensa, de forma contundente, a dinâmica de forças da República liberal-oligárquica (BORGES, 2011; PRESTES, 1993). Não por acaso, 1922 foi um ano pródigo na eclosão de movimentos e organizações variados. Eles refletiram a instabilidade política do momento e reivindicaram, cada um à sua maneira, mudanças urgentes na sociedade como um todo, tais como: o próprio Movimento Tenentista; o Partido Comunista, sintoma da articulação crescente dos trabalhadores, responsáveis por greves cada vez maiores e mais organizadas, como a greve geral de 1917; a Semana de Arte Moderna, que extrapolou o campo artístico, contestando os padrões culturais gerais; e o Centro Dom Vital, fruto de uma articulação de católicos que procuraram saídas conservadoras, temendo iminentes convulsões (MACEDO, 2015).

Ademais, internacionalmente, um “terremoto ideológico” (BEIRED, 1999, p. 17) ocorreu precipitado pela I Guerra Mundial, pela Revolução Russa e, mais tarde, pela Crise de 1929. A crescente desigualdade social, uma revolução comunista e a guerra promovida pelos imperialismos fraturaram a crença no desenvolvimento indefinido da humanidade, que seria promovido pela expansão das tecnologias e do capitalismo. O liberalismo foi então seriamente abalado, alastrando pelo Ocidente a descrença nos regimes constitucionais e nas assembleias representativas, aumentando a demanda por governos mais centralizadores (HOBSBAWM, 1995, p. 114-115).

Nos meios civis e militares brasileiros, grupos distintos procuraram compreender e construir legitimidade para atuar sobre a conjuntura que viviam. É o caso da revista militar *A Defesa Nacional*, de 1913, e do grupo civil-militar *Liga de Defesa Nacional*, de 1916. A atuação

destes grupos, embora tenha se constituído em torno da luta por questões ligadas à profissionalização do Exército, ancorava também sua motivação no papel político-pedagógico que identificavam na corporação. Esta seria a única via capaz de incutir o civismo e a disciplina necessários aos cidadãos para que, enfim, o país se constituísse uma nação – daí a defesa que faziam do serviço militar obrigatório. Compreendiam que a ausência de uma mínima organização social explicava porque o Brasil não entrava de fato na modernidade e se afundava na “delinquência moral da má política” (CAPELLA, 1985, p. 79)³. Alguns temas gerais e questões levantados, já nessa época, se mostraram muito próximos daqueles destacados pelos intelectuais autoritários e pelos “tenentes”, anos depois, tais como: pátria/patriotismo, nação/nacionalidade, politicagem/política e república/republicanismo. Outras organizações correlatas foram erguidas na época, como a *Liga Nacionalista de São Paulo* (1916), a *Propaganda Nativista* (1919) e a *Ação Social Nacionalista* (1920).

Trata-se de um claro impulso de mudança que começou nos anos 1910 e se fortaleceu na década seguinte levando os diferentes atores políticos descontentes a denunciarem o cenário que vislumbravam na República: um regime sequestrado pelos interesses exclusivamente privados. Entre novos intelectuais, se consolidou a compreensão de que esse era o momento de (re)articular passado-presente-futuro para (re)definir os caminhos da construção de uma nação de fato moderna (MOTTA, 1994). Em outras palavras, se colocava como urgente superar a *Belle Époque* e um modelo político-cultural que parecia esgotado no mundo.

Então, sob essas condições históricas o antiliberalismo encontrou bastante receptividade no Brasil, à direita e à esquerda do espectro político (LAMOUNIER, 2014). Nas esquerdas, foi impulsionado por grupos marxistas e anarquistas, que compunham as bases da organização sindical. Nas direitas, ancorou-se primeiro na tradição positivista do século XIX; ou ganhou impulso em uma nova proposta nacionalista e autoritária, apresentada como aquela mais adaptada à realidade social brasileira; mais tarde, já na

³ Como fundadores da revista e da liga homônimas estavam os jocosamente chamados “jovens turcos”, um grupo de militares enviados para estágio no Exército alemão nos anos de 1906, 1908 e 1910. Inspirados pelas novas lições, os oficiais fundaram o periódico com o objetivo primeiro de reivindicarem a modernização das Forças Armadas e de difundir os conhecimentos adquiridos. De maneira inovadora na historiografia, Leila Maria Corrêa Capella (1985) analisou o conteúdo da revista, entre 1913 e 1918, e observou que tais demandas eram acompanhadas por uma percepção do papel político do Exército na organização e defesa nacional. O qual se manifestaria tanto pelo poder disciplinar da instituição sobre o cidadão, que por ela passasse, quanto na defesa da legitimidade da interferência direta da corporação, como um todo, nas “elevadas questões nacionais”, graças ao preparo técnico e o “espírito cívico-patriótico”, que supostamente detinham.

década de 1930, organizaram-se também os espiritualistas do Integralismo, que se alinharam ao fascismo (BEIRED, 1999).

Para esta investigação, interessa sobretudo aprofundar no estudo da direita nacionalista autoritária. Principalmente nos trabalhos dos pioneiros Alberto Torres (1865-1917) e Oliveira Vianna (1883-1951), que até a década de 1920 haviam produzido as críticas e propostas mais elaboradas a respeito da situação brasileira. Foram eles que abriram o caminho para outros, como Azevedo Amaral (1881-1942) e Francisco Campos (1891-1968), com atuação mais relevante já no pós-30 (LAMOUNIER, 1978; 2014; OLIVEIRA, 1997). Se não constituíram um grupo formal, estes homens se aproximaram pela recusa ao modelo de Estado liberal construído a partir da Constituição de 1891 e a demais “fórmulas universalizantes”. Ou seja, eram críticos ferrenhos das tentativas de alinhamento do Brasil com modelos políticos e econômicos estrangeiros, conforme proposto pelos propagandistas republicanos.

A atuação desse setor da sociedade chama a atenção pela influência que suas avaliações e proposições tiveram em momentos candentes do período estudado (GOMES, 2007; MACEDO, 2015, p. 107-108). Buscando inovar do ponto de vista analítico e doutrinário, ressignificaram o elitismo intelectual dos homens de letras do final do século XIX, empenhando-se pela projeção no cenário político, seja escrevendo e participando diretamente em movimentos, seja trabalhando nos quadros da administração pública.

Isso quer dizer que se permanecia de pé “o ideal de autoridade racional-legal”, com grande aceitação social, conferindo considerável peso à “opinião” dos intelectuais (GOMES, 2007, p. 85-86); os autoritários diziam fundamentar suas propostas partindo de um estudo técnico-empírico da realidade brasileira. Para eles, isso significava se ancorar nas modernas ciências sociais e construir estudos que se atentassem ao passado brasileiro, como chave de compreensão do presente e base para propostas de futuro. Em última instância, tratava-se de fugir da defesa das leis gerais pegadas de empréstimo, que teriam orientado o artificialismo das instituições republicanas (TORRES, 2002a; VIANNA, 2005). Com uma postura francamente nacionalista, sustentavam que o Brasil necessitava, com urgência, reconhecer suas verdadeiras potencialidades para finalmente consolidar sua independência social e econômica como forma de se proteger das consequências dos imperialismos.

Nesse sentido, se apresentavam como avessos ao “bacharelismo”. O “bacharel” era principalmente o intelectual liberal que, desconhecendo o país, importou ideias

“artificiosas” para compor a burocracia republicana (TORRES, 1990, p. 14-15). Seria o principal responsável pela disjunção entre as leis e a realidade social, pela dicotomia “Brasil legal” *versus* “Brasil real”, que fragilizava o poder das instituições e abria espaço para os interesses de grupo e individuais. Diferente disso, um intelectual munido dos instrumentos corretos e, portanto, capaz de interpretar a consciência da nacionalidade, perceberia a função organizadora do Estado: a de suprimir a “mão invisível”, a fim de assegurar oportunidades a todos os homens, cuidando para que não se criassem setores privilegiados responsáveis por ameaçar os mais capazes em suas iniciativas (MARSON, 1979).

Para o historiador, fica claro que a desqualificação do “bacharelismo” é antes de tudo uma ação clara para promover, por antítese, o próprio discurso autoritário. Todavia, como se vê ao longo do artigo, há continuidades e aproximações que não foram suprimidas da maneira que anunciavam, principalmente no estilo e na forma de intervenção. Segundo Francisco de Oliveira, algo que ocorria mais pelo contexto do que por incompetência. Pois mesmo que se posicionassem por uma produção menos teórico-doutrinária e mais analítica, o escopo disciplinar que tinham à disposição era pouco diverso e carecia de autonomia: o que conheciam aqui como economia política, antropologia e sociologia ainda estava muito atrelado à “ciência do direito” (OLIVEIRA, 1997, p. 7-8).

Os objetivos de Torres e Vianna passavam por assegurar uma ordem baseada no domínio do conhecimento, que entendiam como verdadeiramente científico. Ou seja, o autoritarismo por eles propagado, enquanto reação à concepção de igualdade própria do liberalismo, buscava erigir um novo regime estruturado na desigualdade entre os homens hierarquizados a partir do domínio da técnica (STTOPINO, 1995).

Para os autoritários, o diagnóstico da crise e as propostas para sua superação estavam atrelados à compreensão da trajetória do país. A debilidade do Estado liberal, que não respeitava as necessidades de nossa “evolução histórica”, era a causa da desorganização da sociedade, que estes homens enxergavam em toda aquela ebulição social e política que presenciavam. Sobre a definitiva inadequação desse modelo de berço europeu para o Brasil, Alberto Torres compreendia que países novos “surgidos por descobrimento e formados por colonização” haviam se formado em torno da conquista e da exploração, não desenvolvendo esforços de cooperação essenciais para o desenvolvimento de uma nação organizada (TORRES, 2002a, p. 76-78).

Cidadãos ativos dispostos em torno de interesses em comum, constituindo definitivamente uma nação, eram necessários para o funcionamento das instituições liberais. Isso não ocorria no modelo representativo brasileiro, já que os interesses que se manifestavam no parlamento eram, sobretudo, os das facções de poder regionais que, em nome de interesses particularistas, manipulavam o voto de uma população destituída de qualquer consciência cívica sobre seu papel (TORRES, 2002b). Por isso era urgente a necessidade de um Estado em consonância com essa realidade, capaz de intervir dando um sentido às diversas e desorientadas forças sociais.

Oliveira Vianna desdobrou essa visão, ao concluir que o Brasil era antes de tudo uma sociedade fragmentada e não uma nação organizada (CARVALHO, 1998; SILVA, 2008). A configuração clânica assumida pela sociedade desde a colônia, constituída em torno de chefes rurais, isolava os distintos grupos e teria impedido a organização de interesses verdadeiramente nacionais, indispensáveis para o sistema representativo liberal. Algo muito diferente do *self-government*, desenvolvido nas comunidades rurais anglo-saxãs, responsável por criar laços de solidariedade social necessários para se construir uma comunidade nacional (VIANNA, 2005).

O que havia no Brasil era uma “plebe despolitizada” e oligarquias “politicantes”, que atuavam sem a pressão de nenhum grupo de classe organizado. Essa configuração abria espaço para a prevalência de interesses unilaterais e partidarismos no controle da burocracia. Portanto, tais grupos deveriam ser educados, segundo interesses coletivos, por autoridades públicas fortes e com conhecimento para tal (VIANNA, 1990, p. 133-135)⁴.

Se algum tipo de ordem havia se constituído durante o período imperial, por meio do Poder Moderador e da escravidão, na República o país teria sido entregue à completa desorganização, daí a necessidade urgente de um poder central articulador (TORRES, 2002a; VIANNA, 1947)⁵. Sob essa perspectiva, fica claro o esforço de construção de uma

⁴ Se Alberto Torres não elegeu o elemento raça para explicar a crise vivida pelas instituições, Oliveira Vianna apontou o que seria uma degeneração promovida pela “mistura de sangue bárbaros” e pelo “mestiço inferior” nas camadas mais pobres da população (VIANNA, 2005, p. 98). Bolívar Lamounier é enfático ao dizer: “*Populações Meridionais do Brasil* é, com efeito, um monumento ao racismo. Os comentaristas geralmente deixam de lado esse pecadilho de juventude (sic) e passam a ressaltar o que lhes parece ser uma clara evolução de Oliveira Vianna no sentido da sociologia científica [...]” (LAMOUNIER, 2014, p. 182). José Murilo de Carvalho (1998) e Ricardo Silva (2008), alegam que este era um traço da obra do intelectual que perdeu força com o tempo, principalmente no pós-30. Talvez, fruto da crítica de contemporâneos. Em 1933, na segunda edição de *Evolução do Povo Brasileiro*, ressaltou o próprio Vianna: “a questão do dólico-louro, da superioridade etc. reduziu-se muito da sua importância e acabou saindo do horizonte das minhas preocupações, pelo menos no que concerne ao Brasil (VIANNA, 1933, p. 3 apud SILVA, 2005, p. 248).

⁵ *Problemas de Política Objetiva* (VIANNA, 1947) é um livro que reuniu textos publicados na imprensa entre 1918 e 1928.

memória que não só interpretava o momento vivido, mas que também buscava legitimar as posições e os projetos dos próceres do autoritarismo (ABREU; GOMES, 2009, p.2).

Influenciados por uma “concepção orgânica de realidade social”, os autoritários compreendiam que para evitar a desagregação ou a revolução, o Estado deveria zelar para que todos os setores sociais se realizassem em suas particularidades de maneira coordenada, atendendo às necessidades do conjunto (BEIRED, 1999; MARSON, 1979, p. 123). Assim como os “reformistas” do século XIX, temiam a ruptura do tecido social, porém se esforçavam para agir com pressupostos que afirmavam serem renovados e nacionais. O que não impedia que, na prática, Alberto Torres importasse aspectos da base doutrinária do Corporativismo, fortalecido na Europa do Entre-Guerras – algo manifesto na sua proposta de um modelo de representação intermediário entre o liberal e o corporativo, como se demonstrará. De Torres, sem dúvida, partiu Oliveira Vianna, que em contanto com as obras de Mihail Manoileco, François Perroux e Sérgio Panunzio, se tornaria grande propagandista da solução corporativista ao longo dos anos 1930 (BEIRED, 1999; VIANNA, 1938; VIEIRA, 2010)⁶.

Nesse aspecto, por exemplo, apontavam: o abandono a que o trabalhador estava sujeito, produto da condução liberal das instituições, expunha o país a sérios conflitos sociais que abriam um espaço perigoso para o socialismo⁷. Portanto, era necessário fazer do Brasil “uma república social, previdente e conservadora, para que o povo não sinta um dia a necessidade de arrancar à força o que os governos podem lhe dar dentro da ordem, sem prejuízo de terceiros.” (TORRES, 2002b, p. 198). Isso ocorreria primeiro com a fixação do homem no campo, garantindo a “pequena propriedade” e a diversificação das produções para o consumo (TORRES, 2002b, p. 198-199; VIANNA, 1990, p. 139-140)⁸. Seguido por medidas que regulassem o trabalho, garantindo a segurança, a higiene, a conservação e a prosperidade das famílias (TORRES, 2002b, p. 341).

⁶ É evidente que há diferenças nas proposições de Alberto Torres e Oliveira Vianna e isso foi minuciosamente explorado no capítulo 3 da dissertação (MACEDO, 2015). Porém, optou-se aqui por destacar princípios gerais em comum entre os intelectuais estudados.

⁷ Em artigo recente, Andrea Casa Nova Maia e Luciene Carris (2019) analisam a maneira como as revistas ilustradas da Primeira República trataram o tema da Revolução Russa. As historiadoras concluíram que em sua maioria esses periódicos foram responsáveis por gerar um “proto-anticomunismo” no imaginário republicano, ressaltando a ameaça à propriedade privada, a violência e a barbárie de que seriam capazes os “bolchevistas”.

⁸ Torres e Vianna defendiam que o Brasil tinha uma vocação agrícola que deveria ser acentuada, própria das suas características geográficas e da sua trajetória histórica. Negando, portanto, o que defendiam os positivistas a respeito da necessidade da entrada definitiva do país no capitalismo industrial. No pós-30, o discurso industrialista ganhou força entre os autoritários, levando o próprio Oliveira Vianna a declinar em sua postura ruralista (CARVALHO, 1998, p. 223-225).

Para que tais modificações ocorressem, seria necessário transformar o Estado que cumpriria “função cerebral” na “fisiologia social”: fortalecendo o poder central, modificando a forma federalista, bem como o sistema de representação, que consistia numa grande falácia. Dentro da concepção autoritária, o primeiro passo seria hipertrofiar o poder Executivo, o qual atuaria em associação com conselhos técnicos de notáveis, que gozariam de poderes decisórios (TORRES, 2002b, p. 567-574; VIANNA, 1947, p. 213-216). Assim se realizaria a tão defendida “política objetiva” do Estado.

As decisões tomadas no centro do poder só teriam efeito a partir de uma reestruturação do federalismo. A intenção das propostas era integrar as regiões ao projeto nacional por meio de dispositivos legais que permitissem pesar localmente os interesses gerais. Reconhecia-se a necessidade de manter alguma autonomia, dado o tamanho e diversidade regional do país, porém preservada do arbítrio dos chefes locais: “Nenhum estado, como nenhum cidadão e nenhuma classe, tem direitos contra a coletividade nacional [...]” (VIANNA, 1947, p. 279).

Outra forma de garantir o interesse geral seria com a modificação do sistema de representação. Além de enfraquecer o Legislativo em relação ao Executivo e aos conselhos técnicos, o autoritarismo propunha alterações tanto na sua composição, quanto na maneira como seria eleito. O objetivo era tornar possível a participação de eleitores e representantes organizados em setores de “classe”. Por isso Alberto Torres propôs um sistema no qual o Senado teria também cadeiras reservadas a representantes classistas, eleitos indiretamente por um corpo seletivo composto por cidadãos igualmente articulados em associações de classe (TORRES, 2002b, p. 427-429; 436-440). Oliveira Vianna, por sua vez, era explícito em defender que a expressão individual nas urnas não era a verdadeira manifestação da democracia. Capital em um regime democrático seria a participação “coletiva” das “classes econômicas”, das “classes que produzem”, afastando as possibilidades de expressão do individualismo liberal (VIANNA, 1947, p. 138-139).

Tais “classes” se organizariam em torno de corporações, associações profissionais e sindicatos representantes de setores considerados relevantes na economia nacional. Justificavam que somente assim seria possível superar o localismo vigente, partindo de opiniões distintas fundadas em caráter profissional (TORRES, 2002b, 429-430; VIANNA, 1947, p. 172-173). Ainda que sua participação fosse assegurada, era o Estado que determinaria quais grupos teriam ou não esse direito.

No geral, o que se observa é o esforço de limitar os canais de acesso ao poder tendo por base critérios de “habilidade” e “funcionalidade”, revelando mais uma vez o ideal da existência de um pequeno grupo de homens cujo conhecimento permitia identificar o interesse nacional. O fato é que na configuração do autoritarismo vinculado por estes autores das décadas de 1910 e 1920, combinaram-se valores e representações do campo intelectual brasileiro, elementos do debate internacional e necessidades colocadas pelo contexto político no momento. Isso se fez a partir de uma estrutura narrativa que não só desqualificava por completo a experiência da República liberal, como apontava uma concepção de sociedade ideal, que só se realizaria segundo um modelo de Estado autoritário.

As revoltas Tenentistas de 1922 e 1924

Nesta última parte do artigo, o objetivo é investigar eventuais correspondências entre os discursos do Tenentismo e as contribuições trazidas pelos intelectuais autoritários para o debate público na crise da Primeira República. Se é ponto pacífico entre os historiadores que o movimento se constituiu da baixa oficialidade, rebelde à hierarquia das Forças Armadas, principalmente no Exército; há discordâncias quanto às motivações: se estavam mais empenhados em resolver questões da corporação; se configuravam um setor organizado que representava a classe média; ou se as duas coisas (LANNA JR., 2013). Aqui, leva-se em conta o trânsito dos “tenentes” nestes dois universos; todavia, pesquisa-se a própria leitura política que o movimento fazia de si, constituída também na rebeldia à hierarquia, no desafio à ordem constitucional, no confronto com as oligarquias centrais, na prisão, nos tribunais, no opróbrio da expulsão do Exército e na luta pela anistia. Experiências – tão bem descritas e analisadas por Isabel Aragão (2012) e Fabrícia Viviani (2009) – que dão ao grupo uma inserção bastante particular no contexto de crise do regime liberal-oligárquico, certamente impactando na construção de suas visões de mundo, permitindo que fossem além de uma defesa simplória do liberalismo e das preocupações restritas aos quartéis.

Consideradas “berço” do Tenentismo, as disputadas eleições de 1922 manifestaram, de forma mais aguda, insatisfações de longa data com o “condomínio oligárquico”. Algo já pautado pelos debates das eleições de 1910, por organizações civil-militares – como as já mencionadas ligas nacionalistas –, por periódicos como *A Defesa Nacional* e pela atuação

dos intelectuais autoritários (BORGES, 2011; CAPELLA, 1985; FERREIRA; PINTO, 2006; LAMOUNIER, 1978)⁹.

A chapa de oposição, batizada de *Reação Republicana*, reuniu as oligarquias do Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Os candidatos eram Nilo Peçanha, para presidente, e J.J. Seabra, para vice. O objetivo deste agrupamento era enfrentar o poder dos estados centrais, liderados pela candidatura imposta de Artur Bernardes e Urbano Santos, em busca de uma maior isonomia entre as unidades federadas. Portanto, não desejavam romper o modelo de República, apenas buscavam mais espaço no centro do poder (FERREIRA; PINTO, 2006). Bem à moda “reformista”, divulgavam um programa com propostas legais e pacíficas, dentro dos métodos constitucionais (PRESTES, 1993).

Além do recurso às costumeiras práticas fraudulentas, os candidatos se empenharam na disputa do voto, procurando ampliar sua base eleitoral. Nesse sentido, os discursos de Nilo Peçanha eram construídos para ressoar com os anseios mais específicos entre os setores insatisfeitos. Às oligarquias dissidentes, o político apontou o problema das relações mal equilibradas entre os estados. Aos nacionalistas, chamou a atenção para a necessidade da independência econômica do país, ameaçada pela “voracidade das potências estrangeiras” (PEÇANHA, 1969, p. 120-122) – assunto amplamente discutido por Alberto Torres (2002a) em *O problema nacional brasileiro*. Aos trabalhadores urbanos, dizia ser urgente que suas demandas fossem respeitadas pelos governos – embora não apresentasse nenhuma proposta concreta (FERREIRA; PINTO, 2006). Às Forças Armadas, Nilo apelou para um argumento tradicionalmente repetido pela corporação: o de que seriam verdadeiros repositórios do civismo, do patriotismo e do nacionalismo brasileiro, sendo indispensáveis na condução do país em momentos decisivos, como no caso da Proclamação da República. Por isso, era urgente a configuração de tropas modernas e bem equipadas para tal (CARVALHO, 2005; CAPELLA, 1985; FORJAZ, 1977; 1988). A agenda de reformas era tão forte e amplamente legitimada, que até a candidatura de Bernardes previa uma proposta de reforma constitucional.

⁹ No livro *A Batalha Eleitoral de 1910*, Vera Lúcia Bogéa Borges destaca que a primeira eleição amplamente disputada voto a voto no Brasil, entre Rui Barbosa e o militar Hermes da Fonseca, foi responsável por trazer para as ruas e para a imprensa uma barreira crítica definitiva ao modelo de República adotado e por reacender as rivalidades entre civis e militares. A autora elenca alguns temas que foram pauta das candidaturas na época, sendo retomados nos anos seguinte, tais como: a falta de representatividade dos governos constituídos, o poder das oligarquias, o republicanismo, a efetiva política do federalismo, as formas de manifestação da cidadania incluindo a luta dos trabalhadores, a nação, o papel das Forças Armadas etc. Sobre a inclusão da “questão social” na agenda política nestas eleições, para além de uma “questão de polícia”, ver também June Hahner (1993, p. 291-294).

Os militares, que discutiam desde a década de 1910 a necessidade da modernização das Forças Armadas e as relações entre os quartéis e o poder político, estavam ainda mais incomodados com a nomeação de civis para pastas militares e alguns reticentes com a vinda da Missão Militar Francesa, em 1920, durante o governo Epitácio Pessoa¹⁰. Além disso, herdeiros da formulação do “soldado-cidadão”, manifestavam-na segundo o nacionalismo militante do século XX: compreendiam ter o “privilegio da intervenção” frente aos claros “perigos dissolventes da nação”, entre eles o “privatismo oligárquico” (CAPELLA, 1985, p. 86; CARVALHO, 2005, p. 38-40)¹¹. Diante das dificuldades de emplacarem novamente a candidatura de Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar, se aproximaram cada vez mais da chapa da *Reação*.

De acordo com a imprensa de oposição, uma intensa movimentação já se operava na época congregando grupos sociais distintos como intelectuais, estudantes, operários, mulheres, militares do Exército e da Marinha (PRESTES, 1993). Reeditaram-se as “juntas” de apoio, ou comitês eleitorais, já empregados nas eleições de 1910 com atuação direta de civis e militares, que viam ali uma obra de “grande patriotismo”.

O episódio das Cartas Falsas funcionou como uma nova “Questão Militar” e catalisou um apoio mais generalizado dos militares à *Reação Republicana* (Ibidem). Trazidas à tona pelo jornal oposicionista *Correio da Manhã*, em outubro de 1921, as cartas teriam sido escritas por Artur Bernardes e portavam ofensas diretas a Hermes da Fonseca e a demais oficiais e praças apoiadores¹².

¹⁰ A vinda de instrutores do Exército francês, ou a Missão Militar Francesa, contratada pelo ministro da Guerra, o civil Pandiá Calógeras, gerou contrariedade em alguns setores militares. Mesmo que coincidissem com a demanda pela profissionalização e modernização do Exército, grupos como os “jovens turcos”, por exemplo, não escondiam a preferência pelos alemães – preteridos após o término da Primeira Guerra Mundial. Segundo José Murilo de Carvalho (2005, p. 28-29), a missão, que permaneceu no país por 20 anos, de fato foi responsável por uma educação militar mais técnica e menos política, pela reformulação do Estado-Maior e pelo início da construção de uma política de defesa nacional. Todavia, durante seus primeiros anos teve uma atuação bastante limitada graças à pouca disponibilidade de recursos financeiros e às fraturas dentro do próprio Exército patrocinadas pela conjuntura política do governo Artur Bernardes (1922-1926) (ARAÚJO, 2010).

¹¹ José Murilo de Carvalho (2005, p. 38-40) chamou de “ideologia do soldado-cidadão” ideias cultivadas na caserna, desde a Questão Militar, que muniam os fardados da percepção de que possuíam o preparo técnico e a formação cívica necessária para uma intervenção qualificada no sistema político. Seria essa a ideologia orientadora das ações da Proclamação da República, em 1889, e dos “tenentes”, em 1922. Porém, Carvalho (Ibidem), Capella (1985) e Prestes (1990) diferenciam essa noção daquela cultivada pelos “jovens turcos” nas páginas de *A Defesa Nacional*: apesar de se manifestarem também “privilegio de intervenção” política do Exército, esta deveria ocorrer em bloco pela corporação, portanto, sem quebra de hierarquia.

¹² INJURIOSO e ultrajante. O sr. Arthur Bernardes lança pecha de venalidade sobre os oficiais do Exército. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 2, 09 de out. de 1921.

Interessam aqui, sobretudo, as reações registradas nos documentos do Clube Militar disponíveis no *Correio da Manhã*. Os sócios começaram por incompatibilizar a eleição de Artur Bernardes com o interesse do Exército, apresentando a corporação como a responsável proclamar, consolidar e entregar a República aos civis¹³. Diziam agir em desagravo às ofensas do candidato da situação, mas também pela boa condução da política nacional em contraposição “aos servilismos partidários”, que empurravam o país para as “garras da corrupção política”. Um compromisso público que fazia parte do longo histórico das “classes armadas”, desde a abolição, no socorro às instituições, segundo a Constituição¹⁴. Apresentando-se como fundadores do regime no passado, portanto, com autoridade moral sobre ele, diziam os militares terem se tornado reféns do “pretencioso e inculco bacharelismo” instalado no poder por políticos corruptos não comprometidos com os interesses da pátria (ALENCASTRO GRAÇA, 1921, apud ARAGÃO, 2012, p. 78-79).

A adesão à chapa de oposição cresceu e com ela a desconfiança em relação às próprias eleições, dado o cenário de arranjos e fraudes já amplamente questionado nos debates públicos. A crítica à “ficção eleitoral” era há anos impulsionada e ajudava a abrir caminho para propostas violentas e “revolucionárias”¹⁵. Uma saída que ganhou força entre oficiais de baixa patente, como capitães e tenentes, sobretudo do Exército, e enfrentou resistência da alta oficialidade bem como das oligarquias de oposição. Embora Nilo Peçanha e J.J. Seabra tenham lançado mão de uma retórica da “revolução”, eles não avançaram nessa direção prática. Aos poucos, com a radicalização do clima, a liderança da *Reação* foi passando aos revoltosos, que contaram com a simpatia de setores populares – de quem dispensavam qualquer participação (PRESTES, 1993).

É o que demonstra uma circular “confidencial”, datada de 26 de janeiro de 1922, publicada em *O Estado de São Paulo* no dia 1º de fevereiro do mesmo ano¹⁶. No documento, assinado por *O Exército*, revelava-se uma conspiração a fim de impedir a qualquer custo a posse de Artur Bernardes. Sugerem entregar o poder “ao Sr. Nilo” ou mesmo, como última opção, a um “ditador”. Os proponentes expuseram também planos de alinhamento com dissidências regionais para a deposição de governadores bernardistas, a fim de influenciar

¹³ REUNIÃO no Club Militar. A moção que está a receber assignaturas. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 3, 11 de out. de 1921.

¹⁴ O DISCURSO do Almirante Américo Silvano, presidente da Comissão. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, p. 1, 29 de dez. de 1921.

¹⁵ “Revolução” e “revolucionário” nos debates da época dizia respeito, em geral, a quaisquer levantes ou movimentos armados de contestação dos governos.

¹⁶ REAÇÃO militar contra a candidatura de Artur Bernardes (fevereiro de 1922). In: Carone (1975, p. 23-24).

nos resultados eleitorais. Alegavam agir na defesa da Constituição, pois confiavam no seu papel de bússolas do patriotismo contra a politicagem do “Sr. Artur Bernardes” “apoiado nos negociastas de São Paulo, nos régulos estaduais e no conluio político [...]” – embora reconhecessem não contar com a adesão dos generais, incluindo o próprio Hermes da Fonseca. Fica evidente que procuravam legitimar suas ações com base no diagnóstico de que a política republicana era tomada por interesses rasteiros e particularistas, representados na chapa da situação, e que a atuação do grupo se respaldava tanto na Constituição quanto na própria trajetória da corporação. Argumentos que, como se viu até aqui, tinham grande difusão e apelo em diferentes espaços no período. O que omitiam era que a *Reação Republicana* também era composta por chefes estaduais, que lançavam mão dos mesmos expedientes dos adversários nas disputas pelo poder.

Com a confirmação da vitória da chapa da situação os ânimos se acirraram ainda mais. Se pela via institucional, a oposição contestou de maneira inédita o resultado das urnas; os militares rebeldes tentaram colocar em prática o antigo plano de aliança com as dissidências locais por levantes desestabilizadores nos estados do Maranhão, Ceará, Alagoas e Santa Catarina. “O movimento de Copacabana, pois, veio na sequência de incidentes sérios e enquadrou-se no clima político reinante.” (SODRÉ, 2010, p. 268-269; VISCARDI, 2012). Por sua vez, o governo reagiu reprimindo e fechando os espaços institucionais aos políticos da *Reação*.

Nesse cenário de tensão, Hermes da Fonseca se posicionou abertamente contra os interesses do governo federal nas eleições do estado de Pernambuco, o que rendeu na sua prisão e no fechamento do Clube Militar. O episódio foi o estopim para os levantes do dia 5 de julho de 1922. Pensados enquanto uma movimentação nacional, porém sem a articulação necessária, ocorreram de fato três focos no Rio de Janeiro – na Vila Militar, na Escola Militar e no Forte de Copacabana, o episódio mais emblemático –, um em Niterói e outro em Campo Grande (MT) (LANNA JR., 2003). Apesar de prontamente sufocados pelas forças federais, serviriam de inspiração para as revoltas nos anos seguintes.

Embora os “tenentes” ainda não empunhassem nenhum tipo de manifesto ou intenções programáticas, é possível uma conclusão parcial sobre episódios que culminaram nos levantes de 1922. Os militares mais radicalizados na luta mostraram combinar uma forte memória institucional, fundamental na formação da identidade corporativa, com uma leitura bastante crítica a respeito do funcionamento República oligárquica, que os impulsionava à ação. Estes homens se arrogavam de uma posição

privilegiada, por tradição e competência, para uma ação verticalizada em nome da mudança – certamente também influenciados pelo clima gestado, desde a década de 1910, e pelas atuações que colegas de farda vinham desempenhado nas eleições, ligas e periódicos. Demonstrando estarem inteirados dos debates, recorrendo ao universo semântico do período, se apresentavam como uma elite detentora das reservas de civismo e patriotismo capaz de enfrentar o bacharelismo, os localismos e privatismos postos em prática pelas oligarquias “politicantes”, em nome da defesa da ordem e do bem-estar geral. Isso quer dizer que não agiam simplesmente em desagravo às supostas ofensas de Artur Bernardes. De maneira mais profunda, revelavam-se um produto radicalizado de mais de uma década de desgaste de um regime pouco aberto a uma quantidade cada vez maior de demandas políticas, econômicas e sociais.

Segundo Anita Prestes (1990, p. 70), as primeiras movimentações do Tenentismo serviram como um sopro de liberdade e esperança para os opositores dos “governos despóticos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes”. O fato é que quase toda a liderança do movimento até 1930 atuou em 1922. Podem ser citados João Alberto, Nunes de Carvalho, Juarez e Joaquim Távora, Luís Carlos Prestes, Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

A maneira como Bernardes tratou os opositores, principalmente os militares, com a prisão, a expulsão do Exército e a negação da anistia reforçou a sensação da impossibilidade de uma saída legal e da necessidade de reforma da Constituição, que antes diziam defender (CARONE, 1975). Isso porque, segundo mostram as fontes, as atitudes do Executivo e do Judiciário foram tomadas como evidências do esforço das autoridades civis para subordinarem o Exército aos seus “impatrióticos” objetivos (TÁVORA, 1927, p. 64-68)¹⁷. Algo que facilitou articulações e adesões ao movimento de 1924, sob a responsabilidade inicial de Joaquim Távora e Isidoro Dias Lopes. Esse período de certa maturação permitiu que os militares rebeldes desenvolvessem, com contornos mais definidos, suas críticas à República oligárquica, a compreensão do seu papel naquele cenário, e algum programa de mudança que revelava suas concepções de Estado e sociedade.

Em clara homenagem a 1922, o levante da cidade de São Paulo ocorreu entre 5 de julho de 1924 até o dia 28 do mesmo mês. Os “tenentes” expulsaram o governador da cidade e sob forte revide das tropas governistas foram obrigados a se retirarem em direção ao sul

¹⁷ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: Prestes (1990, p. 401). Muitos manifestos e proclamações dos militares, que podem ser encontrados na imprensa da época, foram organizados e publicados na íntegra por Anita Prestes nos anexos do livro *A Coluna Prestes*. Por isso será bastante utilizado aqui.

do estado. Outras movimentações ocorreram pelo país, inclusive entre os marinheiros, nos estados do Mato Grosso, Amazonas, Pará, Sergipe e Rio Grande do Sul, incitadas pelo clima de revolta nos quartéis e em solidariedade aos combatentes da capital paulista¹⁸. Não havia planejamento em conjunto, a exceção do Rio Grande do Sul, que contou com o empenho de Isidoro Dias Lopes na negociação tanto com militares quanto com oligarcas dissidentes, como Assis Brasil – mais tarde aclamado chefe civil da “revolução nacional” (FORJAZ, 1977; LANNA JR., 2013; PRESTES, 1990).

A despeito disso, nos manifestos os revoltosos se esforçavam para dar o tom de uma “Revolução no Brasil”, “de altíssimo significado social e político”, portanto perene e de abrangência nacional¹⁹. O que revela possivelmente uma preocupação em se qualificar em relação aos exasperados e logo reprimidos acontecimentos de 1922, dada a busca por apoio. Sobre isso disse Juarez Távora: “E já que ninguém queria acreditar na exequibilidade daquele movimento –urgia que São Paulo vibrasse um forte golpe capaz de restituir a fé às guarnições descrentes” (TÁVORA, 1927, p. 146).

Nesse sentido, os “tenentes” trataram de se comunicar com os cidadãos de maneira mais direta, esclarecendo e procurando legitimar suas motivações e objetivos. Desejavam aparentar coerência, diagnosticando uma crise, apontando suas causas e apresentando soluções, dentro de uma perspectiva jurídico-política (CORRÊA, 1976). Algo muito valorizado nos debates a respeito do país na época.

Nos manifestos e programas distribuídos, os “revolucionários” mais uma vez lamentavam que a República, entregue aos civis pelas “classes armadas”, representasse uma quebra das expectativas em relação a um idealizado regime de integridade moral e probidade administrativa. “As esperanças, as tradições”, e os “interesses gerais” haviam sido atropelados pelos “interesses políticos ou pessoais mais subalternos”²⁰. A avaliação que exprimiam era a de um país que interrompeu sua marcha em direção ao progresso, em curso desde o fim do Império, caindo em uma espécie de digressão injuriosa²¹. Tratava-se de “uma forma desconhecida de Governo, em cujo lábaro apenas se inscreve a negação

¹⁸ Sobre o Tenentismo na Marinha ver o trabalho de Francisco Carlos Pereira Cascardo (2005).

¹⁹ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 10/07/1924. In: Prestes (1990, p. 397).

²⁰ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: Prestes (1990, p. 401).

²¹ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 10/07/1924. In: Ibidem, p. 398.

sistemática daqueles justos anelos que sempre traduziram os sonhos de bem-estar e progresso do povo brasileiro [...]”²².

Além disso, denunciavam como flagrante o despreparo técnico das elites político-intelectuais, informadas pela “inútil e improdutiva verbiagem” “bacharelesca”, que em nada contribuíam moldar a nacionalidade. Um dos objetivos do movimento seria garantir que todas as promessas de candidatos ao governo fossem substituídas por “métodos e processos” que garantissem “os melhores elementos da nossa nacionalidade” nos quadros do Estado²³. Se ainda não diziam quem seriam os “melhores elementos”, deixavam claro que definitivamente não se tratava dos “bacharéis” – recorrentemente apresentados como figuras opostas ao saber técnico e objetivo da realidade.

Levando em consideração o exposto acima, tendo em mente um recorte temporal que antecede a própria erupção do Movimento Tenentista, faz sentido apontar alguma proximidade com as contribuições dos intelectuais autoritários para as culturas políticas em disputa naquele momento. A começar pelo aspecto mais evidente da visão negativa a respeito da experiência republicana vivida, compreendida como uma ruptura em relação às expectativas de um governo dos mais capazes em nome do bem comum. De forma menos clara, ambos os grupos contrapunham os “interesses patrióticos reais”, ilustrados a partir do conhecimento da realidade e da técnica, com o “patriotismo falso”, conduzido por “bacharéis” cujo palavrório rebuscado escondia sua incompetência e seu servilismo, responsável por conduzi-los ao poder. Na base destas conclusões coincidia o entendimento de que os espaços político-administrativos deveriam ser ocupados baseando-se antes em princípios técnico-científicos do que em contratos ou negociações interpessoais. A diferença é que se os autoritários atacavam a fragilidade das instituições liberais como o problema central, os “tenentes” concentravam-se nos “bacharéis” e nas oligarquias como os responsáveis por subvertê-las.

A respeito das disputas políticas e memoriais travadas no Brasil da década de 1920, Angela de Casto Gomes e Martha Abreu (2009) apontam que a partir das formulações de homens como Alberto Torres e Oliveira Vianna cresceu nessa época uma tradição inventada de antiliberalismo, que denunciava a ausência de governo do Estado liberal republicano. Algo que seria evidenciado pela dificuldade do regime em colocar os múltiplos interesses individuais sob os interesses gerais. Se os “tenentes” ainda se diziam

²² PROCLAMAÇÃO dos militares rebelados em Manaus (AM), em 24/7/1924. In: *Ibidem*, p. 408.

²³ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicano na imprensa de São Paulo, em 24/07/1924. In: *Ibidem*, p. 402-403.

defensores ou no máximo reformadores da ordem constitucional de 1891, parece que isso não os impedia de terem contato com os discursos críticos mais radicalizados a respeito deste modelo, sobretudo porque passavam a contar com cada vez mais aceitação social. Afinal de contas, a perspectiva doutrinária, ou ideológica, é apenas um dos elementos que compõe o conjunto de referentes das culturas políticas – além dos valores, das práticas e representações, que incluem linguagem, memória e imaginário (BERSTEIN, 1998; MOTTA, 2009).

O Tenentismo sustentava que era dever do Exército a proteção “do império das leis”, nem que para isso houvesse a necessidade de reformar a Constituição de maneira intervencionista – ou golpista, como fica evidente para o historiador. Portanto, os revoltosos justificavam aquele ato de insubordinação alegando o não cumprimento das leis por parte de seus superiores hierárquicos, incluindo o presidente da República. Apesar de um movimento armado, procuravam se desvincular de qualquer associação a um “grupo desordeiro”, reforçando a necessidade de preservação da ordem. Assim dizia o próprio Luís Carlos Prestes no manifesto de Santo Ângelo: “Não queremos perturbar a vida da população, porque amamos e queremos a ordem como base do progresso. Podem estar todos calmos que nada acontecerá de anormal.”²⁴

Como aponta Maria Cecília Spina Forjaz (1977; 1988), as movimentações de 1924 foram preparadas nos quartéis com pequena participação de políticos civis e desligada dos setores populares e médios. Uma prática que explicita uma compreensão compartilhada entre os “tenentes” de que a “revolução” precisava ser conduzida por aqueles que detinham adequada preparação cívica, moral e racional. Portanto, deveriam “senão indicar ao povo o caminho a seguir e proporciona-lhes os meios de reivindicar os seus direitos, substituindo os atuais poderes por forma e organização mais consentâneas com os interesses gerais [...]”²⁵. O que é ratificado por Juarez Távora, em 1927: a “força armada” era antes de tudo um “escudo protetor da nação contra os excessos da indisciplina popular” (TÁVORA, 1927, p. 93).

Outros indícios dessa postura elitista e excludente, em relação às massas, estão na proposta do voto censitário e na alegada necessidade de alfabetizar 60% da população

²⁴ MANIFESTO dos militares rebelados em Santo Ângelo (RS), distribuído em 29/10/1924. In: Prestes (1990, p. 412).

²⁵ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado na imprensa de São Paulo, em 17/07/1924. In: Ibidem, p. 401.

antes de entregar o país novamente à democracia, após uma “Ditadura” provisória²⁶. O censo alto seria uma forma de evitar a eleição de oligarcas, uma vez que as populações incultas e necessitadas de recursos continuariam a elegê-los.

Se os “tenentes” reproduziam aí aspectos da socialização disciplinar militar, como bem detalhou Isabel Aragão (2012, p. 31-35), não se pode negar que também refletiam uma visão “paternalista-autoritária” do conflito social, bem ao gosto do “reformismo” disseminado pelos intelectuais desde o século XIX e que foi bastante reforçado pelo nacionalismo autoritário no início século XX. Explicando melhor, o apego à ordem, à disciplina e à hierarquia não eram influência exclusiva dos trabalhos de homens como Torres e Vianna. Mas certamente, eram princípios por eles reatualizados que ajudaram a compor um “clima cultural”, tornando os atores políticos mais sensíveis à recepção de determinadas ideias e comportamentos. Na configuração do “autoritarismo moderno”, que reagiu ao colapso da ordem liberal no Ocidente, a manutenção da hierarquia e da ordem na transformação social era um pilar fundamental para a construção da harmonia em qualquer sociedade (STOPPINO, 1995).

Ainda que não apresentassem um projeto nacional consolidado em 1924, a preocupação dos rebeldes em relação a uma possível dissolução do tecido social orientava suas propostas mais pontuais. Por isso, contrapondo-se aos localismos, tangenciavam o centralismo. Próximo ao que defenderam os autoritários, porém com menor sofisticação, ressaltaram a necessidade urgente de fortalecer e unificar as instituições para que pudessem garantir a supremacia do poder constitucional frente aos chefes locais. No manifesto de São Borja é clara a proposta de reforma do federalismo, frente aos excessos de poder dos governos estaduais a respeito de questões de interesse nacional. Não à toa a palavra “unificar” apareceu 5 vezes no texto, porque então “A revolução considera[va] imprescindível: [...] cumprir e fazer cumprir com sinceridade e energia todas as leis votadas no País.”²⁷

Não se tratava, no entanto, de hipertrofiar o Executivo, que entendiam funcionar em uma relação mutual com os grupos de poder local, interferindo no Legislativo e

²⁶ A proposta de “voto secreto e censo alto” está no MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado nos jornais de São Paulo, de 24/07/1924. In: *Ibidem*, p. 402. Enquanto a proposta de uma “Ditadura” transitória pode ser encontrada no “Plano de Governo elaborado pelos Revolucionários”, publicado na íntegra no trabalho de Anna Maria Martinez Corrêa (1976, p. 52-53). É importante que se diga, que este documento – diferente dos manifestos – não era público, pois foi encontrado no arquivo pessoal de Isidoro Dias Lopes, após a retirada das tropas de São Paulo. Informação dada por Anita Prestes (1990, p. 404).

²⁷ MANIFESTO dos militares rebelados de São Borja (RS) distribuído em 29/10/1924. In: Prestes (1990, p. 413).

ameaçando as liberdades individuais. A defesa de um Estado organizador dos múltiplos interesses passaria antes pelo fortalecimento do Judiciário, que se reformado com os instrumentos corretos estaria mais distante da política e mais próximo da técnica ou da racionalidade : uma “reforma radical no sistema de nomeação e recrutamento dos magistrados, adotando-se o meio que os torne em absoluto independentes dos processos de suborno empregados pelo Executivo”²⁸. Assim, a almejada realização plena da soberania popular, ou seja, o voto secreto com o reconhecimento dos resultados pelo Judiciário, só seria realizável a partir de um arranjo institucional autônomo em relação às pressões das alianças políticas, ocupado segundo critérios de “capacidade” e mérito. O que só poderia ser garantido a partir da intervenção daqueles que detinham uma compreensão real dos acontecimentos, a organização e disciplinas necessárias. As massas seriam antes de tudo o objeto dessa mudança, pois necessitavam antes serem “educados” e libertados do “ensino livresco” do bacharelismo²⁹.

Ter essa observação e todo o contexto em conta permite perceber que as já citadas propostas de “ditadura”, em 1922 e em 1924, não eram meras filigranas. Revelavam uma percepção dirigista mais aprofundada, que se fortalecia na época: um pequeno grupo que se percebia como representante dos “verdadeiros interesses nacionais”, portanto, com autoridade para conduzir a sociedade para o caminho do “bem comum”. Apesar de Juarez Távora alegar posteriormente que a proposta de ditadura do “Plano de Governo elaborado pelos Revolucionários” fosse uma opinião isolada, imprensa em um documento interno do movimento (CORRÊA, 1976, p. 53); a intenção do movimento já havia sido comunicada por Isidoro Dias Lopes, por carta ao oficial legalista Abílio de Noronha, como exigência para que depusessem as armas: “Entrega imediata do Governo da União a um governo provisório composto de nomes de reconhecida probidade e da confiança dos revolucionários. [...]. O Governo Provisório convocará, quando julgar oportuno, uma Constituinte [...]”³⁰. Uma Constituinte que, a julgar pelo resumido “Plano de Governo elaborado pelos revolucionários”, previa o voto direto, obrigatório e secreto, bem como a representação das tais “classes produtoras”.

Considerações Finais

²⁸ MANIFESTO dos rebeldes de São Paulo publicado nos jornais de São Paulo, de 24/07/1924. Ibidem, p. 402.

²⁹ Ibidem, p. 402.

³⁰ CARTA de Isidoro Dias Lopes para o Gen. Abílio de Noronha, São Paulo, 17/07/1924. In: Noronha (1924. p. 86-88).

Pelo que foi exposto no artigo, é possível afirmar que o Tenentismo, entre 1922 e 1924, não se resumiu à posição de mero reproduzidor do liberalismo ou tão somente se comportou como um movimento com preocupações restritas aos quartéis. Sua inserção peculiar, enquanto um grupo de militares rebeldes atuando politicamente, permitiu que desenvolvessem a proposta de um caminho alternativo para a defesa do que chamavam de “soberania popular”.

Em momento algum essa investigação sugeriu filiação teórica entre os “tenentes” e o autoritarismo. Se é muito provável o contato direto entre alguns militares revoltosos e as obras de Torres e Vianna, como relatou Juarez Távora, isso não foi possível de ser generalizado a partir da maioria das fontes estudadas³¹. O que se fez foi analisar em que medida valores, práticas, representações que impulsionaram o movimento se aproximaram ou se distanciaram daquilo que os intelectuais autoritários haviam contribuído para o debate. Afinal de contas, ambos os grupos viveram a experiência da crise sistema liberal-oligárquico e se apresentaram como sujeitos coletivos ativos nesse processo, sendo atingidos no mesmo ambiente espaço-temporal por conjuntos de referentes que os antecederam e foram ressignificados segundo a realidade que viviam.

É seguro dizer que mesmo que as principais bandeiras dos “tenentes” estivessem ideologicamente atreladas ao projeto republicano liberal e federalista vitorioso em 1889, elas foram defendidas partindo de diagnósticos do passado e do presente muito próximos da crítica mais radical ao liberalismo. Além disso, suas proposições de reforma também traziam princípios gerais muito parecidos.

Nas vésperas dos levantes em 1922, os debates do Clube Militar revelaram narrativas que impunham a rebeldia como a única saída diante de uma República sequestrada por bacharéis a serviço dos interesses privados. A autoridade que se davam, baseada no saber técnico, no civismo e patriotismo que tradicionalmente os militares julgavam deter, funcionaria como a bússola para o resgate dos interesses gerais. Em 1924, essas leituras se apresentaram em conjunto com propostas mais claras sobre o futuro. No horizonte estava a urgência da construção de um Estado conduzido por critérios mais técnicos do que políticos, capaz de gerenciar os localismos na direção de um projeto coletivo e harmônico – nem que para isso fosse necessário restringir o acesso ao voto ou mesmo estabelecer uma ditadura.

³¹ No primeiro volume de *Uma vida e muitas lutas*, publicado na década de 1970, Távora (1973, p. 122) afirmou rapidamente que na prisão, logo após o levante de 1922: “Para ‘encurtar’ o tempo, comecei nessa época, a leitura atenta das obras de Alberto Torres. Li, então, *O problema Nacional Brasileiro* e *A Organização Nacional*.”

A década de 1920 foi o momento em que se fortaleceu substancialmente a desqualificação do regime liberal, de suas instituições e de seus atores, associando-os a ações corruptas e ineficazes. O apelo social que estas narrativas ganharam, sem dúvida, não deixou de atingir os membros do Movimento Tenentista desde sua fundação e consolidação, entre 1922 e 1924. Como foi possível observar, isso se manifestou principalmente pela combinação entre um tradicional apelo intervencionista, reforçado desde a década de 1910, e leituras do passado, do presente e propostas para o futuro do país, que dialogavam com aquilo que os autoritários traziam para o ambiente político na crítica mais contundente ao liberalismo da república oligárquica.

Referências bibliográficas:

ABREU, Martha; GOMES, Ângela de Castro. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, v.13, n. 26, 2009.

ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAGÃO, Isabel. *Da caserna ao cárcere: um identidade militar-rebelde construída nas prisões (1922-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. Missão Militar Francesa. In: **Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)**. [Rio de Janeiro]: CPODC/FGV, 2010. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MISS%C3%83O%20MILITAR%20FRANCESA.pdf>>. Acesso em jun. 2020.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François; RIOUX, Jean-Pierre (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: 1998.

_____. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Cecília et al. (org.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 29-46.

BORGES, Vera Lucia Bogéa. *A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Presença, 1992.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. *As malhas de Aço no Tecido Social: A Revista “A defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório*. Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985.

CARONE, Edgard. *O Tenentismo: acontecimentos, personagens, programas*. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. t.3, v.2.

_____. *A utopia de Oliveira Viana*. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p.202-231.

_____. *Os três povos da República*. *Revista USP*, n. 59, 2003.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 30. Historiografia e História*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: Tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

GOMES, Angela de Castro. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil: intelectuais e construção do mito Vargas*. In: PINTO, Antonio Costa; MARTINHO, Francisco Palomanes (orgs.). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. *Apresentação: Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Editora da UnB, 1993.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX, 1914 -1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAMARÃO, Sérgio. Liga da Defesa Nacional (LDN). In: *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. [Rio de Janeiro]: CPODC/FGV, 2010. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20\(LDN\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LIGA%20DA%20DEFESA%20NACIONAL%20(LDN).pdf)> . Acesso em jan. 2013.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Difel, 1978. t.3, v.2.

_____. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LANNA JR., Mario Cleber M. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. (org.). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, v.I.

MACEDO, Allony Rezende de Carvalho. *Presente, passado e futuro: perspectivas dos intelectuais autoritários e do Tenentismo sobre a República liberal-oligárquica*. Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora, 2015.

MAIA, A. Casa Nova; CARRIS, L. Alguns aspectos da Revolução Russa nas páginas das revistas ilustradas do Brasil Republicano. *Locus - Revista De História*, v.25, n. 2, 2019.

MARSON, Adalberto. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MOTTA, Marly Silva da. *1922: em busca da cabeça do Brasil moderno*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios de possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argumentvm: 2009. p. 13-37.

_____. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. *Tempo e Argumento*, v.10, n.23, 2018.

NORONHA, Abílio de. *Narrando a verdade: contribuição para a História da revolta em S. Paulo*: [s.n.], 1924.

OLIVEIRA, Francisco de. Viagem ao olho do furacão: Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 48, 1997.

PEÇANHA, Celso. *Nilo Peçanha e a revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. Mestrado em História, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

PRESTES, Anita L. *A coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Os militares e a Reação Republicana: as origens do Tenentismo*. Petrópolis: Vozes, 1993.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La 'sociabilidad' y la historia política. In: PEIRE, Jaime (org.). *Actores, representaciones e imaginarios: homenaje a François-Xavier Guerra*. Caseros: Eduntref, Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2007.

ROSA, Virgínio Santa. *O sentido do Tenentismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. [1933]

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na sociologia política de Oliveira Vianna. *Sociologias*, n. 20, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. [1965]

STEMY, Adrianna. Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP). In: *Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930)*. [Rio de Janeiro]: CPODC/FGV, 2010. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20NACIONALISTA%20DE%20S%C3%83O%20PAULO.pdf>>.. Acesso em jan. 2013.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto et al. (org.). *Dicionário de Política*. 7. ed. Brasília: Editora UnB, 1995.

TÁVORA, Juarez. *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*. São Paulo: O Combate, 1927, v.I.

_____. *Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973. v.I.

TORRES, Alberto. *As fontes de vida no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1990. [1915].

_____. *O problema nacional brasileiro*. [S.l.]: eBooksBrasil.com, 2002a. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/torresb.pdf>>. Acesso em jan. 2012. [1912]

_____. *A organização Nacional*. [S.l.]: eBooksBrasil.com, 2002b. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>>. Acesso em jan. 2012. [1914].

VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1933. [1923]

_____. Á guiza do prefacio. In: GENTIL, Alcides. *As idéas de Alberto Torres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. *Problemas de Política Objetiva*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1947. [1930].

_____. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da História da República*. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990. pp. 121-141. [1924].

_____. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005. [1920].

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VIVIANI, Fabrícia Carla. *A trajetória política Tenentista enquanto processo: do Forte de Copacabana ao Clube 3 de Outubro (1922-1932)*. Mestrado em Ciência Política, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). São Carlos, 2009.



Recebido: 21 de abril de 2020

Aprovado: 8 de junho de 2020